

DA NOVA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO ÀS CONCEPÇÕES DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: A TESE DA REQUALIFICAÇÃO COMO NOVO DISCURSO EDUCACIONAL DO CAPITAL

*Francisco José Lima Sales**

A crise do paradigma taylorista-fordista e a emergência do modelo flexível teriam tornado mais complexa a relação entre mundo do trabalho e educação. Contemporaneamente, a qualificação do trabalho, antes realizada no chão de fábrica, não seria mais tão simples para as empresas, pois já não se trataria de destrezas e habilidades manuais para postos fixos de trabalho. O novo paradigma produtivo, ao promover a redefinição das qualificações e exigir conhecimentos, destrezas e habilidades cada vez mais conceituais e abstratas, teria, também, exigido a substituição da antiga noção de qualificação, voltada para o desempenho de uma ocupação específica pela de competência.

Com a moderna configuração do trabalho, o capital deu ênfase à incorporação das forças do trabalhador coletivo, antes divididas entre os diversos trabalhadores singulares. Não mais um trabalhador combinado coletivo, mas um que fosse a síntese da combinação das diversas operações parciais. Assim, a emergência da nova forma de organização do trabalho exigiria a constituição de um trabalhador renovado – de caráter polivalente e multifuncional. Como o atual paradigma alterou o perfil da qualificação profissional, o capital passou, também, a cobrar mais do sistema educacional, requerendo uma capacitação de natureza geral e específica, visando à consolidação de novas competências na força de trabalho.

As novidades trazidas pelo moderno paradigma de produção, que tenderam a se generalizar, a partir dos anos 1970, reacenderam o debate sobre a qualificação da força de tra-

* Doutor em Educação. Professor adjunto II, do Departamento de Estudos Especializados, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.

PERGAMUM
BCCE/UFC

balho. Todavia, a discussão gravitou em torno da falta de um consenso, dadas as diferentes abordagens que avaliavam as consequências da difusão tecnológica sobre os trabalhadores, especialmente no que diz respeito às mudanças na estrutura ocupacional e na qualificação para o trabalho.

Paiva (1991), analisando a literatura existente à época, observou algumas regularidades entre os autores, à medida que a maioria se valia do tradicional esquema que enquadrava a problemática da qualificação a partir das fases clássicas de desenvolvimento do capitalismo, a saber: a cooperação simples, a manufatura e a maquinaria. Na primeira delas, o trabalhador produzia integralmente uma mercadoria que não lhe pertencia e utilizava as mesmas técnicas do trabalho artesanal, que exigiam uma longa aprendizagem, propiciando uma qualificação profissional ampla porque adquirida ao longo de diversos anos. A manufatura, a segunda delas, ao decompor o trabalho e promover o aprofundamento da divisão técnica do trabalho (separação entre o trabalho intelectual e manual), mutilou o trabalhador e promoveu a sua desqualificação, na medida em que o produtor direto passou a realizar uma única tarefa no processo de produção. A Revolução Industrial e a produção em massa, a terceira fase, teriam provocado uma simplificação e homogeneização do trabalho operário, uma vez que as máquinas passaram a realizar as mesmas operações antes executadas pelo trabalhador, reduzindo a dependência do capital em relação à força e habilidade do operário, ao mesmo tempo que promoveu um processo ainda maior de desqualificação.

As análises daí derivadas se dividiram entre as que apontaram tanto para o aumento quanto para o decréscimo do nível geral e individual da qualificação da força de trabalho, sendo que algumas delas tenderiam a se guiar por certo determinismo. Do esquema clássico capitalista, derivaram teses que passaram a abordar os efeitos decorrentes do processo de modernização produtiva sobre a qualificação do trabalhador.

A tese da requalificação considera que o atual processo produtivo estaria promovendo a elevação da qualificação média da força de trabalho, uma vez que o atual desenvolvimento

tecnológico seria visto pelos seus defensores como algo positivo e, como consequência, igualmente os seus efeitos sobre o mundo do trabalho. Essa tese tendeu a se generalizar nos países que apresentavam elevados índices de automação, em que operações simples, repetitivas e manuais se transformaram em atividades de informação e comunicação, e a ampliação do setor terciário teria possibilitado o desenvolvimento das atividades simbólicas, documentárias e cognitivas.

Para os economistas neoclássicos defensores da teoria da compensação, refutada por Marx (1988), os trabalhadores demitidos por processos de reestruturação produtiva, desde que adequadamente requalificados, tenderiam a ser remanejados para outros ramos econômicos, sem perdas na qualidade do emprego. Entretanto, os defensores dessa tese desconsideraram as causas sociais que levam ao desemprego e aos baixos salários, e culpam os indivíduos por não se adaptarem ou por não cuidarem de sua empregabilidade em um mercado de trabalho embora mais restrito, mas que possibilita maiores chances de inserção àqueles mais qualificados.

Para esses teóricos, o desemprego se explicaria pelo descompasso conjuntural entre oferta e demanda de trabalho no que se refere aos requisitos de qualificação. Seria então esse o argumento que embasaria o consenso observado entre os organismos internacionais em torno da importância estratégica das políticas de educação e de capacitação profissional, segundo eles, capazes de se contrapor aos efeitos deletérios da reestruturação produtiva e de fazer face às necessidades de reconversão da força de trabalho.

No Brasil, essa tese, que defende o descompasso entre a oferta e procura por trabalhadores qualificados, parece ter sido a que mais influenciou os idealizadores do plano de qualificação do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC. As transformações observadas no processo de reestruturação produtiva recolocaram o debate sobre a qualificação profissional sob outras condições, provocando não só alterações de processos, mas também de sentido. Sobressai-se, quanto a isso, o surgimento das noções de empregabilidade e com-

petência, sendo que, em relação à última noção, verifica-se o deslocamento da centralidade da qualificação para a de competência.

Todavia, um dos dilemas enfrentados no final do século passado foi o crescente desemprego de trabalhadores portadores de elevado nível de escolaridade e de qualificação. No Brasil, por exemplo, Pochmann e Borges (2002), ao traçarem o novo perfil dos desempregados, observaram que a elevação da taxa de desemprego no país foi mais acentuada entre trabalhadores com maior escolaridade (entre quatro e sete anos de escolaridade) e os ocupados em funções hierarquicamente elevadas do que para aqueles com menor escolaridade (menos de um ano de acesso à escola). Isso permite inferir que muito mais do que diminuição de oferta de trabalho que atenda aos novos requerimentos educacionais, evidencia-se o encolhimento da demanda capaz de absorver a força de trabalho disponível, independentemente do perfil e da formação profissional da força de trabalho.

Para a tese da requalificação, as transformações da base técnica e da organização do trabalho conduziram ainda a uma elevação da qualificação e, conseqüentemente, a um maior controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho que, por sua vez, poderia levar à supressão do trabalho alienante. Essas inovações exigiriam uma formação mais flexível dos trabalhadores, fundada tanto na capacidade de atuar praticamente (trabalho técnico) quanto no trabalho intelectual.

Em outro sentido, situa-se a tese que, distante daquelas posições otimistas, acredita que a nova base técnica não aponta necessariamente para o aumento da qualificação e muito menos para a supressão do processo de alienação. Segundo ela, uma força de trabalho portadora de certos tipos de atitudes – por exemplo, a tomada de decisões –, ou de uma formação educacional mais sólida não significaria a superação da clássica dicotomia entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e manual.

Na verdade, o que estaria ocorrendo seria um processo de desqualificação progressiva tanto em termos absolutos quan-

to em termos relativos, pois o capitalismo contemporâneo estaria a reproduzir as exigências de qualificação próprias da transição do artesanato à manufatura. Assim, o que, de fato, estaria acontecendo, a partir da incorporação da ciência e das novas técnicas de gestão da produção e de organização do trabalho, seria um processo de degradação do trabalho.

A tendência à desqualificação do trabalho poderia ainda ser evidenciada pelos impactos causados pelas inovações tecnológicas e pelas novas técnicas de organização do trabalho, como o desaparecimento de funções tradicionais da produção, que seria responsável pelo desemprego de um amplo segmento de trabalhadores. O desemprego, ao se tornar um fenômeno estrutural ou, no mínimo, de longo prazo, traz consequências diretas na qualificação dos trabalhadores, pois a estagnação da capacidade de trabalho pela inutilização da força de trabalho no processo produtivo promove a sua desqualificação.

Além disso, nem todos os trabalhadores que se submetem às novas tecnologias teriam os seus trabalhos flexibilizados. O alto grau de defasagem tecnológica dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, em função das dificuldades em acompanhar as mudanças que ocorreram nos países desenvolvidos, consequência direta da sua dependência ao capital transnacional, levá-los-ia a assimilar precariamente tais inovações. Isso se torna ainda mais evidente quando se analisa a aplicação da microeletrônica nos programas dos novos equipamentos, pois ao mesmo tempo que se observa a exigência por trabalhadores detentores de uma maior qualificação para as tarefas relativas à programação e manutenção das máquinas, também se observa uma demanda por uma força de trabalho, requerida apenas para desempenhar tarefas elementares de preparação e vigilância do equipamento, e que não demandam muita qualificação.

Um outro aspecto a ser considerado com a introdução de formas mais avançadas de maquinaria seria o fato de que tal processo poderia tanto compor quanto complementar o taylorismo no avanço da separação entre concepção e exe-

cução, de modo que tal tendência aliada a uma outra, no caso o controle gerencial, poderia muito bem apontar para a desqualificação e fragmentação do trabalho.

A tese da polarização das qualificações, por sua vez, avalia que o novo paradigma técnico-produtivo necessitaria tão somente de um diminuto número de trabalhadores, enquanto a maioria dos trabalhadores ver-se-ia frente a um processo de desqualificação. Machado (1994) sustenta que seria incorreto concluir de forma linear e dedutiva que as inovações que transformaram rapidamente o espaço fabril implicariam ganhos de qualificação para o conjunto dos trabalhadores. A autora observa uma tendência à polarização das qualificações, uma vez que nem todos os que manejam as novas tecnologias têm seu trabalho flexibilizado. Além do mais, o conteúdo de certas atividades laborais não necessitaria de requerimentos de grande complexidade. Cita, como exemplo, os trabalhadores diretos que executam funções simples como observar alarmes, as luzes de painéis e a execução de funções previamente estabelecidas, segundo as prescrições dos técnicos. Somente algumas funções tenderiam a uma elevação da qualificação como as de programação, planejamento, desenho, monitoração etc.

Antunes (1997), nessa mesma perspectiva, acrescenta que as referidas transformações trariam consigo tanto uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais) quanto uma alteração qualitativa à medida que o trabalhador converter-se-ia, nos ramos mais dinâmicos, em supervisor e vigia do processo de produção, tornando-se operador vigilante, técnico de manutenção, programador, controlador de qualidade, pesquisador, engenheiro etc., tendência presente, segundo o autor, somente nas indústrias mais modernas.

Em função da heterogeneidade do processo, que parece variar de ramo para ramo, de setor para setor, observa-se, por um lado, além da diminuição dos postos de trabalho, a desqualificação dos trabalhadores, por outro, a requalificação, como no caso das indústrias de processo contínuo, em que

se verifica a presença de um segmento particular de operadores de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente distintas do operário fabril da indústria fordista.

Por sua vez, a tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa advoga que o capitalismo contemporâneo exige trabalhadores mais qualificados em termos absolutos, ou seja, a qualificação média dos trabalhadores tenderia a se elevar, entretanto, quando considerado o nível de conhecimentos alcançados pela humanidade e comparado com épocas pretéritas haveria uma redução relativa da qualificação.

Sobre isso, Machado (1994) observa – embora ela se aproxime da tese da polarização das qualificações –, que a adoção das inovações tecnológicas poderia elevar, de forma absoluta, a qualificação média de um pequeno grupo de trabalhadores. No entanto, quando a elevação da qualificação é comparada com outras formas pretéritas e com o nível de conhecimentos alcançados pela humanidade, isso poderia apontar para o seu decréscimo relativo. Em síntese, a autora defende que a grande massa de trabalhadores ver-se-ia frente a um processo de desqualificação.

Pochmann (2002), por sua vez, avalia que as pesquisas mais recentes procuram pôr em evidência que as mudanças ocorridas no conteúdo e nas condições de produção necessitam de um trabalhador com uma nova formação. A ampliação da qualificação profissional tornar-se-ia uma exigência na medida em que impediria a inadequação entre a demanda e a oferta por trabalho, ou seja, as empresas em busca dos trabalhadores mais qualificados e o mercado oferecendo trabalhadores com pouca preparação.

Nesse sentido, os requisitos profissionais que poderiam facilitar o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, como os conhecimentos científicos e tecnológicos, só poderiam ser obtidos por meio de um maior nível de escolarização dos trabalhadores. Todavia, embora não haja dúvidas de que o novo paradigma tecnológico exija trabalhadores com melhor nível de escolarização e qualificação, observa-se que as pro-

fissões majoritárias, inclusive, nos países mais desenvolvidos, são aquelas que executam operações simples, repetitivas e manuais; ou seja, em que pese o avanço do novo paradigma técnico-produtivo, as ocupações com menor qualificação continuam a deter uma participação bem maior do que aquelas mais qualificadas.

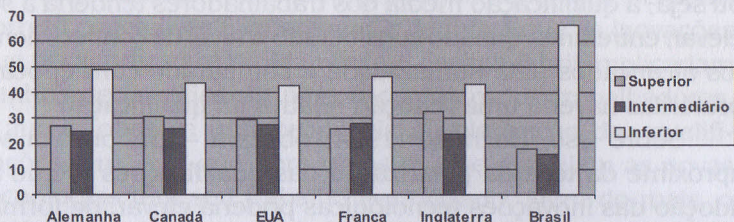


Gráfico 1 – Composição Ocupacional em Países Selecionados nos Anos 1990 (%)

Fonte: Reproduzido de Pochmann (2002, p. 53).

O gráfico 1 mostra que as ocupações profissionais superiores (postos de gerência, planejamento, programação e em nível superior), apesar dos avanços na adoção do novo paradigma técnico-produtivo, mantêm uma posição relativamente menor em relação às ocupações que desenvolvem atividades simples (manuais). Segundo Pochmann (2002), no Brasil, onde não há uma estrutura industrial e, muito menos, ocupacional, semelhante à das economias avançadas, observa-se que as ocupações profissionais que mais cresceram, nos anos 1990, concentraram-se nos setores econômicos que não poderiam ser identificados como os mais modernos, isto é, nos setores que não apresentaram mudanças no conteúdo dos postos de trabalho e que, por isso, não demandariam trabalhadores mais qualificados.

Os que mais perderam postos de trabalho, naquela década, em função da desarticulação de parte das cadeias produtivas, foram as profissões associadas a uma maior exigência de qualificação, como as vinculadas ao setor industrial

que precisam de melhor qualificação profissional. Para o autor, o incremento das ocupações no país aconteceu nas seguintes atividades econômicas: garçons, cozinheiros, recepcionistas, operários da construção e funcionários públicos. Ou seja, nas atividades profissionais concentradas no comércio, no asseio e conservação, na segurança pública e privada, na construção civil. Em síntese, isso permite inferir que, no Brasil, o perfil das ofertas profissionais em alta não está, necessariamente, associado às exigências de maior qualificação profissional.

Essa observação, no entanto, não permite inferir que as empresas estejam prescindindo do processo de modernização e, especialmente, da adequação às normas e padrões internacionalmente consideradas de qualidade e produtividade, exigindo, por consequência, novas práticas, atitudes e comportamentos dos trabalhadores. Porém, fica patente que as exigências por novas habilidades, como maior versatilidade, autonomia e capacidade decisória dos trabalhadores, atrofiadas pela especialização taylorista, devem ser relativizadas.

Ainda que estudos empíricos apontem para a redução do número de postos de trabalho, especialmente dos menos qualificados, dos semiqualificados e os de supervisão, como também para a supremacia das ocupações inferiores e que teses como a da polarização e da elevação absoluta e queda relativa possuam um considerável poder explicativo, a tese mais destacada foi a da requalificação (elevação da qualificação da força de trabalho). A supremacia dessa teoria ocorreu, principalmente, nos países com expressivos níveis de inovações tecnológicas e organizacionais, uma vez que as tarefas manuais tenderiam a se transformar em tarefas de informação e comunicação, e o crescimento do setor terciário estaria possibilitando a multiplicação das atividades simbólicas, documentárias e cognitivas. Tal tese apontaria na direção da elevação da qualificação média da força de trabalho e da população em geral.

Tal inflexão, em direção à tese da requalificação, passou a embasar o novo discurso educacional do capitalismo, inclusive no Brasil, e possibilitou à educação profissional, em

especial a de nível básico, ascender a uma posição de destaque, transformando-se nas poucas alternativas possíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego e da precarização no uso da força de trabalho.

Neste contexto, marcado pela inclusão precária no mundo do trabalho, sobressai-se uma aparente contradição entre a realidade das ocupações em alta na década de 1990, que não necessitavam de trabalhadores mais qualificados, e o discurso de maior exigência de escolarização e competência da força de trabalho. Neste cenário, serão observadas a conversão de políticas de trabalho em políticas de escolarização e a substituição das políticas de proteção social por políticas de formação profissional, visando ao enfrentamento dos riscos sociais provocados pelo desemprego, na medida em que a intensificação da educação profissional desempenharia um papel importante na diminuição do desemprego, com a adequação da oferta de trabalho às novas exigências das empresas.

Assim, as perspectivas positivas em relação às transformações econômicas em curso, predominantemente, nas principais economias mundiais, ganharam força e deram vazão ao novo discurso da qualificação, inclusive, em países da periferia, como o Brasil, uma vez que a aplicação dos novos métodos flexíveis estaria a exigir a elevação da qualificação média dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Aonde vai o mundo do trabalho. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

MACHADO, Lucíola. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: _____. NEVES, Magda; FRIGOTTO, Gaudêncio; et al. *Trabalho e educação*. 2.ed. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Produção e qualificação*. 19. ed. 1991. (Cadernos SENEBC).

POCHMANN, Márcio, BORGES, Altamiro. "Era FHC": a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

acional que é a capacidade de calcular coletivamente, e que as pessoas não conseguem fazer sozinhas, em si mesmas. Essas tarefas são projetadas para criar valor para os clientes de atendimento aos clientes da organização. O conhecimento se traduz nos produtos, serviços e imagem que a organização apresenta internamente e para a sociedade. A palavra conhecimento surge nos anos noventa como uma forma crítica de fazer com que o conhecimento seja produzido pela sociedade, pelo mercado, pelo emprego e pelo trabalho apropriado por ela, ao ser rigorosamente medido, analisado, disseminado, criado, recompensado, retido e movido dentro da organização independentemente de quem o produz.

A pergunta de partida do presente estudo consiste em: quais os conceitos de administração que dão suporte à gestão do conhecimento? O artigo de desenvolvimento teórico, baseado como ponto de partida Lukács (1973), apresenta uma das mais importantes matrizes de gestão do trabalho criadas pelo capital na década de noventa: gestão do conhecimento, que em articulação com a gestão de competências e as organizações de aprendizagem, vão construir-se na nova forma de organização do trabalho adotada pelas empresas de referência mundial. O novo trabalho em construção, que vem dar suporte prático para a substituição do antigo fordismo por modelos processuais, em redes e virtuais faz parte da reestruturação produtiva que vem tentando solucionar, a partir de seus aspectos fenomenológicos, a crise do modo de produção capitalista. O presente tem como objetivo apresentar uma síntese do trabalho a partir